

## ESTUDO ERGONÔMICO DE AMBIÊNCIA NO HABITAR DOMÉSTICO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

### *ERGONOMIC STUDY FROM HABITAT HOME' AMBIENCE IN SHELTER*

Aline Eyng Savi<sup>1</sup>, M.Sc.

Marta Dischinger<sup>2</sup>, PhD.

(1) Universidade Federal de Santa Catarina

e-mail: [arquiteta.alinesavi@gmail.com](mailto:arquiteta.alinesavi@gmail.com)

(2) Universidade Federal de Santa Catarina

e-mail: [martadischinger@gmail.com](mailto:martadischinger@gmail.com)

#### Estudo Ergonômico, Ambiência, Acolhimento Institucional

O acolhimento institucional recebe crianças e adolescentes e salvaguarda os direitos básicos. O estudo ergonômico teve o objetivo de definir parâmetros para o ambiente construído aproximar-se da ambiência do habitat doméstico. O método principal foi o Jogo de Imagens e Palavras. Privacidade e territorialidade mostraram-se importantes para alcançar o objetivo.

#### *Ergonomic study, Ambience, Shelter*

*The shelter receives children and adolescents, and safeguard the basic rights. The ergonomic study aimed to define parameters for the built environment approach the ambience of domestic dwelling. The main method was the game Images and Words. Privacy and territoriality shown to be important to achieve the goal.*

### 1. Introdução

O modelo de assistência à infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social no Brasil, passou por modificações a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e posteriormente, a lei nº 12.010 em 2009. Houve a reordenação da forma e dos locais de atendimento, abandonando as grandes instituições e utilizando modelos menores. O “acolhimento institucional” está entre as modalidades criadas, recebendo crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo ou não de adoção, com ou sem família próxima ou estendida, não implicando em reclusão e salvaguardando o direito à saúde, educação e moradia (BRASIL, 1990; BRASIL, 2009). O motivo para a aplicação da medida de acolhimento institucional é variado, mas relaciona-se frequentemente, ao quadro de vulnerabilidade social (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

No contexto atual, a legislação brasileira controla a administração do acolhimento institucional, mas é incipiente nas reflexões do ambiente construído, havendo apenas o artigo 92 do ECA, os Códigos de Obras municipais (referentes à higiene e

salubridade) e poucas cartilhas desenvolvidas em âmbito federal que tratam do assunto. Todos os documentos são limitados quanto às questões de ambiência e atributos espaciais qualitativos, importantes para a apropriação e identidade no ambiente construído, especialmente em instituições que substituem (provisoriamente ou não) o habitat doméstico, como o acolhimento institucional.

Este modelo de assistência, na sua maioria, ocorre em edificações alugadas e adaptadas ao uso, onde a coletividade dos ambientes e das funções administrativas afasta da ambiência do habitat doméstico. Registra-se a dificuldade atual de muitas instituições atenderem aos propósitos primordiais, em razão dos problemas de ordem financeira (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

O resultado desse panorama são ambientes construídos para acolher pessoas em fase de formação física e psicossocial, que desconsideram os usuários. Contraria-se dessa forma, o aporte teórico constituído acerca da relação homem-ambiente construído e que reitera as mais variadas relações de troca do homem no ambiente em que vive, de forma que, segundo Fischer (1994), o espaço pode condicionar tanto as relações

interpessoais como as relações com o ambiente.

É importante registrar que o processo de acolhimento é um momento difícil na vida dos acolhidos, porque eles deixam suas famílias para viverem sob a tutela do Estado. Essa situação deveria ser provisória, mas por diferentes razões, leva meses ou anos para terminar (em média são dois anos, segundo De Assis e Farias, 2013). Os internos frequentemente peregrinam entre as casas de origem e as instituições. Outros passam mais tempo institucionalizados, do que nas suas famílias de origem. Dessa maneira, a instituição pode se transformar na única relação de habitar doméstico que se possui.

Acredita-se que a situação de provisoriedade almejada pela legislação brasileira para o acolhimento institucional, seja um dos motivos para que não haja reflexões mais profundas sobre o ambiente construído. Por outro lado, é a realidade de média e longa permanência que justifica a necessidade de estudar a situação também sob esse viés. Assim, enquanto as mudanças de cunho social não suprem as variáveis da situação de vulnerabilidade que ocasiona o acolhimento, é fundamental refletir sobre o ambiente construído em seus aspectos quantitativos e qualitativos de ambiência.

Para que o ambiente construído do acolhimento disponha de recursos que promovam a ambiência do habitar doméstico, é necessária a coleta de informações a partir dos próprios usuários, entre eles principalmente, as crianças e os adolescentes. Todavia, a obtenção de dados destas fontes é dificultada pelo período prolongado de internação que os acomete do que Sommer (1973) denomina de “Mal do Institucionalizado”, caracterizado pela passividade nas interações com o ambiente construído e a dificuldade de verbalizar as emoções e opiniões acerca de onde se vive.

Esse artigo relata então os procedimentos metodológicos usados, no estudo ergonômico, para obter as informações válidas do usuário, superando as dificuldades de verbalização e a complexidade das situações existentes, e apresenta ainda, alguns dos resultados obtidos na definição de parâmetros de projeto para o modelo de acolhimento institucional que garantissem e permitissem a apropriação do ambiente construído sob o conceito de ambiência do habitar doméstico.

## 2. Ambiência

O termo “ambiência” tem origem francesa, sendo traduzido como “meio ambiente” e é composto por atributos materiais e imateriais. Cada ambiente construído é constituído por uma ambiência própria, com aspectos físicos, culturais, sociais, de uso e de temporalidade (THIBAUD, 2004) e, cada um destes compõe parte do todo dimensionado e funcional. Nestes ambientes, a ambiência será revelada no processo de apropriação, envolvendo a interação recíproca entre homem e ambiente, onde o primeiro age no sentido de moldar os atributos do segundo, conforme as suas necessidades.

Sob essa perspectiva, os significados da ambiência do habitar doméstico transcendem o pragmatismo formal e utilitário de ocupar um ambiente construído. O habitar é compreendido tanto por suas representações quantitativas a partir do objeto (metragem quadrada) e da ação (proteção), quanto pelas representações qualitativas como refletiu Norberg-Schulz (1985, p. 13) classificando o ato de habitar uma casa como uma atividade rica em significados e por isso, “[...] a insolúvel unidade entre vida e lugar”. A expressão “minha casa” possui dois fatores: a proteção contra o mundo exterior e o apego a um lugar. Toda casa é, antes de tudo, uma ambiência no interior da qual o indivíduo se sente protegido. A casa representa uma espécie de barreira às intromissões externas, porque limita e controla o número de interações e na sua construção, separa-se o mundo externo – inseguro e ameaçador – do interno – protegido (FISCHER, 1994). É preciso afirmar que não há apenas valores positivos ligados à ambiência do habitar doméstico.

Rapoport (1976) afirma que a avaliação da ambiência do habitar doméstico deve acontecer com a perspectiva das “necessidades básicas”. Nesse entendimento, Bollnow (2008) afirma que para se viver com sossego, é preciso compreender o ambiente construído como um lugar por onde se possa mover despreocupadamente. Heidegger (2002) completa afirmando que a paz em que se vive está relacionada com o entorno dominado. Nessa compreensão, o cotidiano é formado pela rotina diária de atividades, no qual o território é invariável, ou pouco alterado. Por isso, Norberg-Schulz (1985) afirma que o cotidiano vivido nas casas representa o que é contínuo na vida.

Acredita-se que a casa possui o caráter essencial de

acolhimento, mas também de refugiar significados atribuídos. A “simbiose” das representações quantitativas e qualitativas envolvidas na ambiência dá a esse ambiente construído o papel de restaurador e preparador. O sentimento de “sentir-se em casa” – de identidade com o lugar e rotina reconhecida – é proporcionado ainda pelo comportamento sócio espacial humano (ELALI, 2009), especialmente pela privacidade e territorialidade, dimensões importantes para a qualidade e ao mesmo tempo representativas dela. É importante destacar que há um período de tempo para a pessoa reconheça a ambiência com isso, transforme o ambiente construído em lugar (TUAN, 1983).

Dessa maneira, privacidade e território estabelecem com o lugar, um desdobramento da concepção de Heidegger (2002) em relação ao habitar doméstico, porque a casa é conectada através do tempo e da memória dos seus habitantes e nela as regras de privacidade estão livres de filtros culturais e sociais e, o território é próprio e facilmente identificado, nele não é necessário um controle.

O estudo da ambiência torna-se, assim, imprescindível para a validação dos discursos pautados na experiência sensível com os ambientes construídos e na produção de projetos arquitetônicos igualmente vinculados ao valor humano. As ambiências representam o ambiente construído organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, estético e psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas – que por sua vez constroem um processo dinâmico de interpretação dos espaços (DUARTE; PINHEIRO, 2013).

O ambiente construído neste viés aparece, como um modelo social de organização da atividade humana, operando ao mesmo tempo como instrumento funcional e contexto cultural. Essa função no habitar institucional não equivale apenas ao abrigo físico, mas ao sentimento de apropriação e identidade.

### 3. Estudo ergonômico: métodos de avaliação e tratamento dos dados

A luz do aporte teórico, as características espaciais que influenciam o comportamento das pessoas não são de análise meramente cartesiana, a partir de condicionantes físicas do ambiente construído. O conceito associa o corpo em movimento, suas expressões motoras, seus percursos sensoriais e

cinestésicos e sua capacidade de sentir, sendo influenciado por afetos e sensações na busca de identificação e apropriação com os ambientes construídos (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2010). Consequentemente, para investigar a ambiência é necessário incluir a abordagem qualitativa.

De acordo com a especificidade da pesquisa, a obtenção dos dados baseou-se nos seguintes instrumentos de avaliação: Observação e o Jogo de Imagens e Palavras (REHAL, 2002). O primeiro resultou na Leitura Espacial. Enquanto o Jogo serviu para coletar informações de fonte primária (crianças e adolescentes) acerca das suas impressões sobre o ambiente construído institucional. Essas etapas do estudo ergonômico são descritas resumidamente nos parágrafos seguintes. Contudo, a descrição do Jogo de Imagens e Palavras é mais aprofundada porque alcança o objetivo de “ouvir” os principais usuários.

A observação durou um mês. Desde o início, as informações foram consideradas válidas, porque os usuários já estavam habituados com a presença do pesquisador, que realizou visitas exploratórias anteriores. O controle deste instrumento ocorreu pela periodicidade. Em razão da especificidade do tema, a pesquisa não delimitou onde no ambiente construído ocorreriam as observações e nem quem ou quantos seriam os usuários necessários para validação das coletas. Todavia, definiu que as observações aconteceriam durante três eventos: (01) cotidiano semanal sem visitas; (02) cotidiano semanal com visitas e; (03) cotidiano com datas especiais (e.g. aniversários e dia das crianças). Delimitou-se também, o horário (manhãs e tardes) e o tempo de observações (duas horas). A escolha desses períodos permitiu observar as atividades de permanência, as chegadas e as partidas, além das refeições, contemplando as atividades comuns no habitar doméstico, e avaliando-as em diferentes contextos: o “dia comum” e o “dia especial”. A escolha dos locais de observação foram a partir de eventos ocorridos no dia. Comumente, iniciavam no ambiente com maior número de usuários reunidos. Optou-se por registros na forma de diário escrito-gráfico realizado fora do ambiente institucional, no término de cada dia de observação. A escolha ocorreu porque o registro fotográfico mudava a dinâmica das atividades sempre que acionado. As observações envolveram fatores da ambiência ligados ao comportamento e sociabilidade - interações entre usuário-ambiente e usuário-usuário.

No decorrer da pesquisa foram aplicadas, as planilhas de levantamento arquitetônico, que foram confeccionadas, a fim de sistematizar o tempo de levantamento das características do ambiente construído. Elas orientaram na descrição dos itens de infraestrutura do ambiente construído e mobiliário. Cada particularidade foi registrada, mesmo quando não fazia parte do *check-list* pré-estabelecido. Durante a aplicação da planilha, as técnicas de medição *in loco* e registro fotográfico foram aplicadas para complementar as informações.

A sequência de instrumentos teve a seguinte questão a ser respondida: “Quais são os fatores de ambiência mais significativos nos ambientes que compõem o acolhimento institucional?”. O objetivo foi alcançar a dimensão comportamental, em especial territorialidade e privacidade, previamente levantadas no aporte teórico como as mais comprometidas pelo processo de institucionalização e, ao mesmo tempo, mais elementares no processo de apropriação e identidade do habitar doméstico. A territorialidade avaliou-se na presença ou não de mecanismos e atributos espaciais de personalização e demarcação do território. A privacidade, na existência de reguladores espaciais para a escolha do tipo de interação social.

Para superar a dificuldade de verbalização das crianças e dos adolescentes, foi aplicado o instrumento metodológico: Jogo de Imagens e Palavras, desenvolvido pelo arquiteto argelino Saddek Rehal (2002) e que consiste na reflexão das ideias dos participantes sobre suas experiências de vida. Nele se utilizam imagens (fotografias, ilustrações e/ou gravuras) para auxiliar os participantes na expressão de sentimentos. A aplicação possui três etapas: na primeira, são feitas perguntas instigantes ao grupo e relevantes ao tema; na segunda, os participantes escolhem as imagens que possuem relação com a pergunta; e na terceira, respondem às indagações referentes às escolhas (REHAL, 2002). Durante o processo, as falas são gravadas, para serem tratadas por análise de conteúdo.

Nesta pesquisa, foram feitos testes pilotos para evitar desvios na coleta dos dados. Os testes permitiram concluir que a aplicação do Jogo deveria ser com poucas imagens (máximo quinze, foram usadas, na pesquisa, catorze) e não exceder uma hora, adaptando o instrumento de Rehal (2002), que

estipula duas horas de aplicação. Isso porque os participantes confundem-se com muitas escolhas e perdem o interesse durante o processo, respondendo às perguntas finais com pouca atenção. Os testes permitiram ainda, a calibragem das imagens, com o descarte das conceituais (e.g. demonstrações de carinho em que aparecem somente duas mãos entrelaçadas) e a manutenção de pares de imagens em padrões antagônicos, por exemplo: espaço cheio e vazio, claro e escuro, ou em ordem e desordem (quadro 01). Reitera-se que todas as imagens possuíam como “cenário” o habitar doméstico. Tais imagens eram de mais fácil leitura e compreensão dos objetivos da atividade por parte dos participantes.


Ambiente calmo (contemplativo)	Ambiente agitado (brincadeiras)
Adulto ajuda criança	Criança ajuda adulto
Ambiente cheio (de pessoas)	Ambiente vazio (de pessoas)
Ambiente acessível (à criança/adolescente)	Ambiente não acessível (à criança/adolescente)
Ambiente ordenado	Ambiente desordenado
Ambiente com luz	Ambiente escuro
Ambiente personalizado	Ambiente homogêneo

Quadro 01: Padrões antagônicos das imagens do Jogo de Imagens e Palavras.  
Fonte: SAVI, 2016.

O instrumento metodológico foi aplicado em sessões que sempre repetiam a série de imagens selecionadas. A escolha dos grupos participantes considerou uma faixa etária homogênea e com períodos de internação variados. O início das aplicações ocorreu com a pergunta: “Qual dessas imagens lembra o que vocês fazem aqui?”. Os participantes eram incentivados a escolher as imagens em grupo e separá-las em duas pilhas, uma onde a imagem recordava a instituição e outra onde não havia ligação. Posteriormente, as escolhas eram objetos de perguntas e discussões mediadas pelo pesquisador.

Os dados das sessões são organizados em quadros, onde constam: a imagem analisada; o participante e a sua fala acerca da imagem observada e escolhida (quadro 02). O tratamento dos dados foi pelos tópicos de maior abordagem, junto à transcrição dos comentários mais significativos. Ressalva-se que as informações obtidas foram de caráter puramente interpretativo e não tiveram como objetivo a realização de generalizações.



 <p>Fonte: Elizabethsalleebauer, 2016. Disponível em: &lt;<a href="http://www.gettyimages.com">www.gettyimages.com</a>&gt;. Acesso em 23 mar.2016.</p>	Participante 01	“[...] isso é legal. Eu fazia comida em casa. Mas aqui não pode”.
	Participante 02	“Isso é legal. Mas a gente não pode”.

Quadro 02: Resumo do tratamento de dados dos Jogos de Imagens e Palavras.  
Fonte: SAVI, 2016.

## 4. Resultados

A realidade do acolhimento institucional é de edificações na maioria das vezes adaptadas para esta função, distribuídas em cerca de cem metros quadrados, objetivando o atendimento emergencial (saúde e alimentação). A arquitetura prioriza a ambiência coletiva para gerir os atendimentos e a organização administrativa. A alimentação, manutenção do vestuário e outras atividades cotidianas são, algumas vezes, realizadas fora da instituição, com recebimento de refeições prontas, por exemplo. Nas áreas íntimas, os quartos são coletivos e cada interno identifica apenas a sua cama. Os banheiros, geralmente, são organizados por horários para atenderem a todos. As áreas sociais são as de maior dimensão e utilizadas para atividades de brincar, estudar e receber visitantes. É comum a ambiência das salas com muitos brinquedos, na tentativa de representar um ambiente infantil e que ali é permitido vivenciar-se o lúdico.

Os internos tem pouca identidade com o ambiente, porque ao contrário de outro habitar doméstico, não é permitido o acesso em alguns ambientes (especialmente serviço). Neste tipo de arranjo os internos pouco participam da rotina doméstica, corroborando para o contraste entre a ambiência institucional e do habitar doméstico (quadro 03).

AMBIÊNCIA INSTITUCIONAL	AMBIÊNCIA DO HABITAR DOMÉSTICO
Ambiente grande e frio	Ambiente familiar e aconchegante
Coletivo e massificante	Individualizado e personalizado
Horários estabelecidos e majoritariamente rígidos	Horários flexíveis
Vestuário geralmente, coletivo	Vestuário individualizado e apropriado
Com pouco direito a escolhas e	Respeito aos gostos e escolhas

gostos
Quadro 03: Representação das diferenças no atendimento institucional e do ambiente familiar. Fonte: adaptação de Carreirão (2004, p. 319).

Apesar da iminente necessidade de se pensar parâmetros para o ambiente construído do acolhimento institucional, é importante registrar que tal equipamento não deve ser encarado como ideal, e sim um recurso enquanto políticas públicas não resolvem os motivos da institucionalização. Além disso, a atividade jamais substituirá os vínculos familiares. Mesmo que haja relações de afeto, é outro tipo de cuidado e relação. Dessa maneira, as discussões para construção dos parâmetros visam abarcar a ambiência do habitar doméstico, a partir de sua arquitetura.

Assumindo que não é possível prever o tempo de internação (mesmo que o ideal seja a curta permanência), a ambiência do acolhimento institucional deve ser um lugar de apego e intimidade protegida, carregado de significados e lembranças positivas. É importante que se caracterize a individualização, a coletividade seja descartada, transformando o cotidiano institucional literalmente num ambiente doméstico. Dessa maneira será possível reiterar o objetivo principal da instituição, conforme o ECA, de ser substituta (provisória) da vivência na família de origem.

Nesse entendimento, é importante viabilizar recursos para participação da rotina doméstica. Essa sensação de lugar e aconchego é criada pela possibilidade de possuir objetos pessoais. Outro fator de ambiência está relacionado ao número de internos. Afinal, uma arquitetura com dimensões menores e mais próximas das encontradas nas demais residências unifamiliares minimiza a coletividade e favorece o atendimento individual, com a sensação de pertencimento ao lugar. Deve ser evitada a padronização de ambientes, mobiliário ou objetos. A criança e o adolescente deveriam escolher as roupas, os lugares na mesa, as camas em que dormem e os objetos de decoração do seu próprio espaço, por exemplo.

A rotina doméstica com a participação dos internos também é fator de ambiência, através do conceito de acessibilidade no *layout*, mobiliário e outros recursos. Muitos internos, por exemplo, não possuem acesso à cozinha, sob a justificativa da

segurança. Todavia, a cozinha deveria ser um ambiente para promoção de sociabilidade.

Outra maneira de incluir as crianças e os adolescentes na rotina é a ambiência possuir recursos que permitam a escolha de ambientes preferidos, em grupo ou individuais. Nos quartos, é fundamental que se incentive a realização de outras atividades além de repousar. Afinal, o quarto é um dos primeiros territórios de domínio da criança e do adolescente. Para isso, cada abrigado deve dispor de leito individual, local para guardar roupas e objetos pessoais e para vestir-se. É importante que haja mobiliário que permita a apropriação e personalização com objetos pessoais.

Para evitar que se estipulem horários rigorosos para a higiene pessoal, os banheiros deveriam ser divididos por sexo e compartimentados, com o vaso sanitário separado da pia. A privacidade é desejada, mas a vigilância é necessária porque usar o toalete, por exemplo, é uma prática recém-aprendida pela maioria dos internos. Nos banheiros, os cuidados com a acessibilidade permitirão ainda, que um adulto auxilie uma criança durante a higiene pessoal. Cuidados referentes à dimensão infantil e adulta também podem ser tomados, para aumentar a independência dos abrigados e diminuir a carga sobre os funcionários e o risco de acidentes.

Através das observações, foi possível constatar que a ambiência doméstica deve delimitar e caracterizar os cômodos. A sala de estar, por exemplo, precisa ser caracterizada como tal. O ambiente estudado era amplo e sem limites e por isso, os próprios usuários o caracterizavam, delimitando limites de uso, aproximando do padrão de habitar doméstico (figura 01).

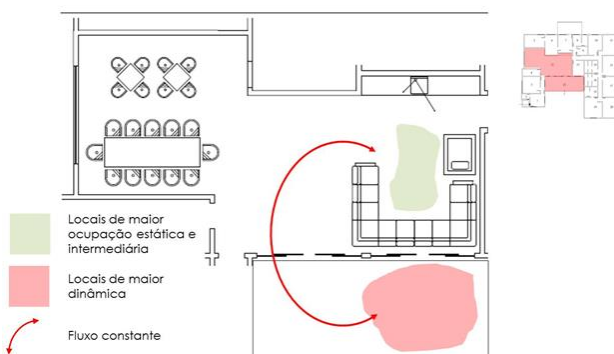


Figura 01: Identificação dos “núcleos” de maior uso e apropriação.

Fonte: SAVI, 2016

ambiência do habitar doméstico para crianças e adolescentes institucionalizados requer incentivar as experiências de aprendizagem. É necessário que o ambiente construído disponha de complexidade num nível adequado ao desenvolvimento e regulado pelos tipos de objetos, espaço disponível, grau de manipulação e curiosidade (TRANCIK; EVANS, 1995). Prescott (1987) completa que para os ambientes construídos exercerem influência positiva no desenvolvimento, é preciso que: desenvolvam a criatividade, haja variação de participação e exploração, e testem o indivíduo, permitindo estimular a fantasia e a iniciativa.

A ambiência positiva do ambiente construído possui diversidade de materiais e equipamentos. Todos adequados à capacidade e habilidades infantis. A ambiência pode mudar periodicamente, para estimular a curiosidade, provendo elementos de surpresa, novidade, e satisfação. Afinal, o ambiente construído é muito mais do que um local para as crianças e os adolescentes exercitarem o organismo físico, é um espaço para promover desenvolvimento social, cognitivo e de linguagem, através do incentivo à exploração sensorial, expressão criativa e apreciação do próprio ambiente construído e do outro.

Na ambiência do habitar doméstico é possível caracterizar os seguintes fatores fundamentais: a proteção do abrigo; a casa como modelo cultural; e o lar como as relações interpessoais da família. Estes conceitos são sobrepostos e compõem o sentido maior da habitação. Em cada um deles, a ambiência tem um objetivo de salvaguardar a sobrevivência no abrigo, a vivência na casa e a convivência no lar.

## 5. Conclusões

Os ambientes com poucos recursos que permitam controlar a apropriação espacial contribuem muitas vezes, para o aumento da agressividade e de outros tipos de estresses, agravados pelas histórias de vida de cada um de seus usuários. Para a promoção de ganhos psicossociais e o resgate (ou construção) dos vínculos afetivos, entre os fatores está a adequação às necessidades funcionais e psicológicas. Tal recurso pressupõe que o papel principal do acolhimento institucional é viabilizar as crianças e adolescentes a interação com pessoas, objetos e símbolos, com um habitar doméstico receptivo e acolhedor. O contrário disso representa uma barreira

à sociabilidade e aumenta o caráter de segregação social que acomete a realidade desse universo.

A aplicação da sequência de instrumentos de avaliação no estudo ergonômico permitiu a constatação de que as políticas de atenção às crianças e aos adolescentes devem atentar para o ambiente construído das entidades de atendimento. Não apenas para medir a metragem quadrada, mas prevendo que o ambiente ideal deve conter a ambiência simples do habitar doméstico, onde cada usuário realiza as atividades cotidianas e tem condições de se expressar. Afinal, essas instituições são substitutas na falta da família e respondem analogamente, porque (re)formam os valores de cidadania.

Por fim, o ambiente construído do acolhimento institucional deve oferecer condições para as crianças e adolescentes que ali vivem, desenvolvam novas competências cognitivas e sociais. Considera-se, dessa maneira, que os ambientes construídos não apenas indicam os papéis que se espera que as pessoas representem, mas também podem dificultar, ou impedir, o exercício dos mesmos. E é essencial, para gerar o conhecimento necessário para atingir na prática as condições de inclusão almejadas pela legislação brasileira, refletir sobre as qualidades e atributos da ambiência de espaços de acolhimento institucional.

## 6. Referências Bibliográficas

BOLLNOW, Otto Friederich. **O homem e o espaço**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. 326 p.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2009.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1990.

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. **Modalidades de**

**abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária**. In: ENID ROCHA

Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: Ed. IPEA/CONANDA, 2004. p. 303-323.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. **O Acesso Para Todos À Cultura E Aos Museus Do Rio De Janeiro**. In: Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2, pp. 236-255. 2010.

DE ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367p.

DUARTE, Cristiane Rose de S; PINHEIRO, Ethel. **Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto**. In: Anais do 6º Projeto. O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador, nov. 2013.

ELALI, Gleice Azambuja. **Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na psicologia ambiental**. In: Anais do Colóquio Ambiências Compartilhadas. Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, 2009.

FISCHER, Gustave-Nicolas. **Psicologia social do ambiente**. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2002. 598 p.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **The Concept of Dwelling: On the Way to Figurative Architecture**. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140 p.

PRESCOTT, Elizabeth. **The environment as organizer of intent in child-care**. In: WEINSTEIN, C.S.; DAVID, T.G. **Spaces for children: the built environment and child development**. New York: Plenum, 1987. 73-88 p.

RAPOPORT, Amos (org.). **The Mutual interaction of people and their built environment: a cross-**

cultural perspective. The Hague: Chicago: Mouton, 1976. 505 p.

REHAL, Saddek. **Words and images for exploration and communication of concepts in the early stages of the design task.** In: PROCEEDINGS OF PDC 2002 AT MALMÖ. Editors Binder, T., Gregory, J., Wagner, I. Malmö, 2002.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal:** as bases comportamentais de projetos e planejamentos. São Paulo: EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. 220 p.

THIBAUD, Jean-Paul. **O Ambiente Sensorial das Cidades:** Para uma abordagem de ambiências urbanas. In: Tassara, E. T. O; Rabinovich, E.P.; Guedes, M. C. (Eds.) Psicologia e Ambiente. São Paulo: Educ. 2004.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. **Spaces Fit for Children:** Competency in the Design of Daycare Center Environments. In: Children's Environments. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.